

SERGIO BERNARDES

DOCTRINA DE UMA CIVILIZAÇÃO TROPICAL



Um ensaio de FELIPE GUANAES

EDITORA
PUC
RIO



PUC
RIO

Reitor

Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

Vice-Reitor

Pe. Francisco Ivern Simó SJ

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento

Prof. Sergio Bruni

Decanos

Prof. Júlio Cesar Valladão Diniz (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Luiz Alencar Reis da Silva Mello (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBS)

SERGIO BERNARDES

DOCTRINA DE UMA CIVILIZAÇÃO TROPICAL

FELIPE GUANAES



Editora PUC-Rio

Rua Marquês de S. Vicente, 225, casa Editora PUC-Rio/Projeto Comunicar
22451-900 Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21)3527-1760/1838

edpucrio@puc-rio.br

www.puc-rio.br/editorapucrio

Conselho Gestor

Augusto Sampaio, Cesar Romero Jacob, Fernando Sá, José Ricardo Bergmann, Júlio Diniz, Luiz Alencar Reis da Silva Mello, Luiz Roberto Cunha, Miguel Pereira e Sergio Bruni.

Revisão: Nina Lua Ferreira

Editoração de miolo: José Antonio de Oliveira

Capa: Mario Fraga e Clarisse Tarran

Guanaes, Felipe

Sergio Bernardes [recurso eletrônico] : doutrina de uma civilização tropical/Felipe Guanaes. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio , 2016.

1 recurso eletrônico (50 p.)

ISBN (ebook): 978-85-8006-215-1

1. Bernardes, Sergio, 1919-2002. I. Título.

CDD: 720.92

Sumário

Prefácio	7
Introdução	9
O humano	12
Um novo pacto com a Terra	17
As células urbanas	22
As artérias e os anéis de equilíbrio	27
A Cidade S.A.	32
O Arquipélago Brasileiro	38
Primeira civilização tropical	43
Concluindo	48

Homem!
Habitante do Planeta Azul,
radicado no Brasil como tantos outros.
És apenas o veículo de uma luz,
nascida na eternidade, de lugares sem tempo.
Tua missão precípua na Terra é buscar e achar o Tempo,
na passagem das horas, minutos e segundos por esse planeta.
Te agarra a cada segundo e deixa o máximo de ti,
novos minutos virão, te dando beleza.
Te agarra a cada hora e deixe-te amar;
novas horas virão, te dando amor.
Homem! Espera! Fica de vigília!
Vê o profundo azul cósmico.
A cada hora! A cada minuto! A cada segundo!
Seja a luz que vem do espaço sem tempo.
Acorda as estrelas que dormem na Terra.
Acorda, homem! Habitante do Planeta Azul,
radicado no Brasil, como tantos outros.
Acorda, Homem!

Sergio Bernardes

(Texto transcrito de um guardanapo num restaurante na Barra da Tijuca nos anos 1980)

Prefácio

UM OLHAR INÉDITO SOBRE A PRÁTICA CRIATIVA desse grande arquiteto e urbanista – Sergio Bernardes. É isso que Felipe Guanaes Rego nos oferece nesta obra inspirada em suas memórias de enteado, convivendo diariamente em casa com Sergio dos 13 aos 22 anos. Com Sergio iniciou sua vida profissional, ainda adolescente, no Laboratório de Investigações Conceituais (LIC). Lá, Felipe trabalhou, compartilhando da vida criativa do Laboratório por sete anos, como um “tradutor de ideias para as novas gerações”, função que Sergio lhe designou.

Este livro é uma bem-sucedida intenção de fixar as memórias afetivas e as muitas histórias de vida que, como o próprio autor alerta, vão se diluindo com o tempo. É também o resgate da missão que Sergio Bernardes delegou a Felipe quando o levou para trabalhar oficialmente no LIC.

As vivências e memórias de Felipe ao lado de Sergio são relíquias únicas, como a poesia de Sergio escrita em um guardanapo, que vão interessar não apenas a arquitetos e urbanistas que buscam compreender a explosão criativa do Arquiteto, mas também a profissionais de áreas afins, curiosos sobre os processos criativos ou amantes de histórias do cotidiano bem contadas.

Felipe nos guia para uma reflexão, junto com Sergio, sua equipe e amigos, sobre o homem, a sua relação com a natureza, o espaço, o tempo, o cotidiano, a cidade, mas, principalmente, sobre a utopia de um mundo melhor, mais sustentável, com um toque de extraordinário, irreal e imaginativo. Até o espaço que abrigava o LIC, o “navio”, e sua atmosfera, na descrição de Felipe, assume ares de realismo fantástico.

Atualmente, Felipe é geógrafo, professor e pesquisador da PUC-Rio, diretor do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente (NIMA) e especialista em hortas urbanas, e não posso deixar de concluir que o curso de graduação em “Terrismo”, que fez compulsoriamente com Sergio, em seus anos de dedicação ao LIC, teve forte influência sobre o caminho profissional do autor.

Não quero adiantar mais detalhes curiosos das histórias narradas nesta profusão de memórias do autor e, com isso, estragar a surpresa. Gostaria, então, de concluir desejando a todos uma ótima leitura.

Maria Fernanda Campos Lemos
Professora de Projeto e Planejamento Urbano
Diretora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo /
PUC-Rio

Introdução

OS ANOS SE PASSAM E AS HISTÓRIAS VÃO SE DILUINDO. Algumas vezes, provocações externas nos fazem relembrar. Falo de lembranças de 35 anos atrás: nos anos 1970, início uma longa relação de vida com Sergio Bernardes, a partir do seu casamento com minha mãe, Myriam Guanaes. Comecei a conviver diariamente com Sergio em nossa casa a partir dos 13 anos de idade. Por volta dos 15 anos, já influenciado pelas oportunas provocações de Sergio, me interessei pelo Laboratório de Investigações Conceituais (LIC), um espaço de ideias, dinâmico e muito vivo. Sem dúvida, aquele ambiente, para um jovem inquieto como eu, era bastante sedutor. Hoje, percebo que também a proximidade física de minha casa ao LIC, em torno de 800 metros, num bairro ainda pouco povoado, estimulou o meu envolvimento. A situação fez o homem.

Assim, com algum prazer, acompanhava Bernardes, na parte da manhã, rumo ao escritório. Várias vezes íamos a pé: o vento do mar era bem estimulante. Com o status de enteado, pelo enorme afeto e pela abertura de Sergio, passei a viver o dia a dia do mar de ideias que existia naquele escritório de forte simbologia, em que os espaços provocavam comportamentos e sensações.

O envolvimento de forma oficial ocorreu numa dessas caminhadas para o escritório, quando Sergio comentou que estava precisando de jovens capazes de traduzir os conceitos e as propostas desenvolvidas pelo LIC para as novas gerações. Nada mais lógico, considerando que falávamos do além, do porvir, de um futuro melhor. Sergio sempre olhava para a frente. Daí em diante, com uma função, eu estaria com Bernardes de forma constante, participando de todo o processo em que o LIC se articulava.

Esse processo durou um bom tempo, por volta de cinco anos. Com 21 anos de idade, no ímpeto da maioridade, e pensando na necessária e estimulada diferenciação para uma boa formação, deixei o LIC para implantar o projeto de hortas comunitárias desenvolvido nos meus dois últimos anos de trabalho ali.

No espírito de uma lembrança que vai se abrindo e se relendo, minha vida presente e minha história influenciam esta escrita. Houve, porém, estímulos externos.

Há uns dois ou três anos, reencontrei Kykah Bernardes, a sua última esposa, na PUC-Rio, envolvida num esforço para a preservação do acervo de Sergio, em busca de recursos públicos e privados, bem como de apoios institucionais, para viabilizá-la. O processo, felizmente, se consolidou com o apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e o acervo se encontra protegido e em processo de identificação e catalogação. Estas páginas estão sendo escritas no inverno de 2014.

No ano passado, Thiago Bernardes, neto de Sergio e filho de Claudio Bernardes, se lançou num verdadeiro esforço de resgate, e produziu um filme, *Bernardes*, a partir de entrevistas com antigos colaboradores, de visitas a alguns dos principais projetos e da utilização dos acervos gráfico e fotográfico disponíveis. Thiago, um proeminente arquiteto que carrega o traço na genética, teve pouco contato com Sergio, em função de problemas familiares e da grande diferença de idade. O documentário, construção de uma memória, além de ter composto um avô para Thiago, contribuirá para estimular novas gerações de arquitetos a mergulhar nesse fantástico mundo espacial de Sergio Bernardes.

Vários dos entrevistados nesse filme utilizaram a palavra “radical” para descrever Sergio. Em 2001, ele foi subitamente internado com problemas pulmonares. Alguns meses depois, seu filho Claudio Bernardes, filho de sangue que herdou a competência arquitetônica do pai, faleceu num trágico acidente de carro no Sul do país. Sergio Bernardes também se foi, sem saber do acontecido com Claudio. Poucos meses depois, como um tapa ainda mais forte do destino, também morreu Sergio Wladimir Bernardes, o Serginho, filho de Bernardes, cineasta, que se moldava por absoluta criatividade e por rupturas.

Não houve tempo para nada. Esse desenrolar radical de fatos imprevisíveis e incontroláveis justifica, de longe, e torna importantíssimo o esforço tanto de Kykah quanto de Thiago para resgatar a história dos Bernardes.

Sergio era um homem corpulento que ficava pequeno ao lado dos filhos, Serginho e Claudio. Homens imponentes. Os dois, no meu olhar, representavam dois lados que compunham Sergio Bernardes. Claudio era capaz de interpretar o espaço, e Serginho tinha uma rebeldia que fazia com que não parasse de se impor novos limites a romper e novas percepções a experimentar.

Pensando em todos, senti que precisava resgatar minhas lembranças do convívio mais próximo com suas ideias para tentar contribuir com elementos que possam ajudar a interpretar a grande complexidade do arquiteto urbanista Sergio Bernardes e, ao mesmo tempo, cumprir de forma singela a função que ele me delegou na década de 1980.

Este pequeno livro está dividido em sete unidades que se articulam e interagem entre si. Elas pretendem sintetizar as centenas de conversas lideradas por Sergio que pude presenciar, pois eram essenciais ao processo utilizado por ele no longo período de convívio que tivemos no LIC, de troca e aprendizado de dimensões de conteúdo.

Essas lembranças se consolidam no agora, em trocas e vivências do dia a dia...

Sem muitas ambições, espero apenas que este relato pessoal provoque e estimule a revisitação ao trabalho e ao pensamento de Sergio Bernardes, ainda que, para falar dele, se faça necessário perceber o espaço que nos rodeava como parte do que estava sendo transmitido.

I. O humano

A SALA DE TRABALHO DE SERGIO BERNARDES ficava num mezanino suspenso no ar, com vinte metros de comprimento por cinco de largura, seguro por duas paredes de concreto nas pontas e com duas laterais de vidro que permitiam visualizar, à esquerda, os andares abaixo e, à direita, o oceano Atlântico. Uma grande mesa retangular dominava o ambiente. Sentado na cabeceira, em geral enfiado nos desenhos à sua frente ou em empolgantes apresentações de novos conceitos espaciais, ficava Bernardes, um homem forte, corpulento, com uma presença marcante e olhos fraternos que chamavam para perto, convidavam a uma boa conversa.

O convívio com Sergio me permitiu corroborar algumas visões bem pessoais que, de alguma forma, se espelhavam nos projetos de arquitetura e nos conceitos que borbulhavam na década de 1980, no Laboratório de Investigações Conceituais (LIC). Bernardes criou algumas simbologias bem definidas que tentavam representar a dimensão humana, envolvendo suas forças, fraquezas, coerências e incoerências dentro de um contexto lógico-espacial peculiar.

As ideias eram apresentadas por Sergio em conversas que se estendiam noite adentro, de forma tridimensional, espacial, com frases-conteúdo baseadas em alguns conceitos gráficos e croquis com fortíssima carga informacional. Essas pérolas conceituais não foram cadastradas, estudadas ou conectadas, perfazendo um conhecimento complexo, disperso em símbolos, sem tradução nem discussão acadêmica.

Por conta de sua visão e de sua leitura espacial fora do normal, Sergio tinha quase que ojeriza pelo trabalho linear e fundamentado desenvolvido no meio acadêmico: a limitação metodológica o impe-

diria de fechar a leitura das múltiplas relações que se faziam na sua mente e que precisavam ser concretizadas.

O conhecimento, para Sergio, era fonte constante de inquietação, devia fazer os pensamentos borbulharem e incentivar a busca de novas opções. Estar com ele era sair da zona de conforto, como pode ser percebido em uma metáfora muitas vezes repetida. “Existem dois tipos de homem: os que são caixas d’água e os que são nascentes. O que acontece se joga metade de um vidro de azul de metileno no homem caixa d’água e a outra metade no homem nascente?” Meio eufórico, mas com suavidade, ele mesmo respondia: “O primeiro ficará azul por longos períodos, sem transparência, impedido de perceber as mudanças; o segundo também ficará azul, mas o constante nascer da água irá limpá-la, fazendo a luz transpassar, clareando o sentir e o perceber.”

A identificação e a caracterização do caráter do ser humano como ocupante do espaço, peça-chave na leitura de toda a criação de Bernardes, tornaram-se imperiosas e facilitadoras, no contexto em que andaremos, para a construção lógica que concebeu e que apresentava naqueles constantes colóquios.

Os temas de seu interesse, como as cidades-empresa e o arquipélago brasileiro, eram introduzidos, nas conversas preliminares, através de um rascunho que Sergio fazia, com grafite grosso sobre papel, do Homem Vitruviano, o célebre desenho de Leonardo da Vinci sobre as proporções humanas. Sentado na cabeceira da longa mesa, que sempre recebia novos participantes, ele traçava um eixo vertical cortando a figura da cabeça aos pés. A pressão exercida sobre o corpo era representada pela força gravitacional, que torna único cada um dos indivíduos, já que, por existirem sob ela e com ela se conjugarem, todos têm uma perspectiva singular do mundo que os cerca e, portanto, são seres egocêntricos. Compreendermo-nos como prolongamentos da força de atração da Terra isola-nos, de certa forma, em um perceber pessoal e intransferível.

Ele não acreditava na média entre humanos: o bem-estar ocorria por meio da exploração máxima do potencial de cada um.

Sergio traçava, na base daquela figura, uma perpendicular ao eixo anterior. Então continuava: o homem egocêntrico se firma sobre a

Terra, de que precisa para existir. “Nosso homem agora é egocêntrico e possessivo.”

Fosse apenas possessivo, queria para si, mas como é também egocêntrico, quer tudo para si, tornando-se ganancioso. Sergio falava de forma enfática, ajudando seu interlocutor a compor as características na cabeça: “Nosso homem é egocêntrico, possessivo e ganancioso.”

A ganância induz a estrutura do ser humano à mediação com outros indivíduos, considerando que todos são únicos e gananciosos. Sergio afirmava que “o homem, portanto é um ser político. O nascimento é o primeiro ato político de uma pessoa”.

A ideia de um ser que convivia em grupos sociais era posta nesse momento da conversa, como um xeque-mate na concepção de homem sintetizada por Sergio. Se cada um é um universo que se territorializa no espaço, o indivíduo teria que incorporar e aceitar, em sua percepção de si próprio, alguma forma de limite em seu expansionismo. Assim, já que todos teriam necessariamente um grau de frustração em suas constituições personalistas, nosso homem seria egocêntrico, possessivo, ganancioso e frustrado. Sergio costumava esperar alguns segundos, com olhos alegres: gostava de ver a reação dos outros a suas afirmações.

Esses quatro atributos que caracterizam o humano foram ferramentas fortes e determinantes na construção do conjunto teórico-prático de Sergio.

O respeito a esse indivíduo único que vê o mundo a partir de seu universo pessoal acompanhava Bernardes em seu dia a dia. Aproveitando sua enorme acuidade visual e espacial e treinando o seu cérebro, Sergio se lembrava do nome de todas as pessoas – do dono da casa, de seus filhos, de sua mulher, do porteiro de seu prédio e assim por diante, para susto geral. Esse respeito propiciava lances e trocas muito ricas. O nome personifica, dá luz a uma existência única. Com essa abordagem, ele conseguia se aproximar e trocar com “outros universos”, como dizia.

Esse mesmo cuidado pode ser identificado em várias facetas de sua obra. Lembro-me de uma ocasião em que andava de carro pela cidade com Sergio e passamos por um edifício que ele havia criado

nos anos 1970, o “Casa Alta”, em Botafogo, no Rio de Janeiro. “Todos os apartamentos são diferentes, planejei um grande vão livre com estruturas modulares e móveis. Cada um expressa no espaço o seu universo.” As unidades habitacionais do condomínio “Casa Alta” são, na prática, todas diferentes e se alteram com o tempo, em função de novas necessidades que surjam.

Essa visão – que caracteriza os humanos como verdadeiras bolas de energia fincadas no chão e que buscam se expandir e aumentar seu território – define um conjunto social bastante caótico, com muitos embates e constantes recuos. O indivíduo egocêntrico, possessivo, ganancioso e frustrado vivia isolado dentro de si.

Para completar a sequência de conceitos, Bernardes propunha que esse homem fosse entendido no ambiente do contato. “Nós somos um binômio de solidão e curiosidade.” Uma ponte limpa que nos faz ir em frente seria uma característica intrínseca do humano.

Essa narrativa, que tenta descrever o pensamento do outro, muitas vezes se confunde e se mistura com as percepções e as sensações do narrador. Nessas linhas, minhas próprias impressões e percepções vão interferir, e espero que contribuam para contextualizar os conceitos apreendidos nos colóquios de saber que Sergio me propiciou.

Havia uma coerência entre o falado e o vivido. O “Navio”, símbolo utilizado por amigos para descrever o prédio onde se localizavam o escritório de arquitetura Sergio Bernardes Associados (SBA) e o Laboratório de Investigações Conceituais (LIC), em frente à praia da Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, era um templo à ambivalência entre a solidão e a curiosidade. Os amplos espaços nos faziam olhar para a frente, e perspectivas cortantes provocavam cada enfoque dos olhos. Sergio fazia com que sentássemos em uma das mais de cinquenta pranchetas do salão principal e pedia para que olhássemos para a frente: “Todos veem o horizonte do oceano Atlântico se afundando na abóbada celeste. Cada universo humano precisa de horizontes.”

O convívio, feito de trocas e provocações, era parte integrante das relações de trabalho dentro do escritório. A flexibilidade se impunha como regra. O prédio do escritório, assim como o edifício Casa Alta, era composto por paredes laterais de concreto que se subdividiam em andares corridos, quatro no caso do primeiro, muitos deles vaza-

dos, sem salas ou paredes. Estruturas semimóveis de vidro configuravam salas, ou aquários, com grandes mesas para reuniões. Um espaço fluido que abrigava os universos e provocava o novo, o criativo.

Momentos únicos corroboram esse cotidiano no LIC. Assim, por exemplo, Sergio havia sido contratado pela Companhia Vale do Rio Doce para fazer uma crítica à cidade de Carajás, que estava sendo desenvolvida pela empresa na Amazônia. Tal crítica, diante de sua individualidade, criatividade e capacidade de provocação, se tornaria uma proposta completa de uma cidade diferente, amazônica, que se espalharia por baixo da mata, de forma suave e integrada, para cuja criação Bernardes agregou outros universos: o arquiteto André, o médico sanitariano Luiz Carlos Lobo e o ecologista Pedro Paulo Lomba. O grupo teve 20 dias para apresentar o novo conceito, destinado a revolucionar o habitar e o viver nas condições equatoriais da floresta.

Segunda-feira seria o dia da entrega final, e na sexta-feira estava quase tudo pronto: o documento, com umas duzentas páginas, já estava diagramado com textos e imagens, só faltava o conteúdo sobre o fator amazônico, umas quarenta páginas sob a responsabilidade de Pedro Paulo. Tudo isso ainda no tempo da cópia xerox. Pedro chega às 10h30 da noite de sexta-feira e encontra o grupo sentado em devaneios criativos ao redor de detalhes finais de um sonho possível. Então, Sergio pergunta: “Pedro, e o seu texto?” Lomba responde: “Está na minha cabeça.” O clima fica tenso, e tanto André quanto Luiz Carlos se mostram nervosos. E Sergio, calmo: “Que bom, Pedro, agora é só passar para o papel.” Meu Deus, eu fiquei perplexo!

Dali em diante, o que vimos foi um fantástico jogo de universos complexos interagindo e gerando algo único e integrado. Pedro sentou à mesa e informou como pensava em escrever a primeira página de seu relatório. O grupo dava suas opiniões. Quando o consenso se fez, Pedro se sentou em frente à máquina elétrica e, com o material original já paginado, com fotos e croquis, escreveu a primeira página. Passados uns 20 minutos, voltou à mesa e leu o escrito. “Fantástico”, todos concordaram. Esse processo continuou noite adentro, o sol nasceu e, num ânimo quase infantil, o documento foi finalizado. Num agrado à competência criativa, fomos todos tomar café da manhã numa padaria local.

2. Um novo pacto com a Terra

EM SEUS PROJETOS, Sergio utilizava formas para representar ideias e conceitos. Símbolos se escondiam em ângulos e sombras. O escritório não fugia ao padrão.

O “Navio”, como um grande retângulo dividido em quatro andares enterrados na areia, parecia ancorado em frente ao oceano Atlântico, na avenida Sernambetiba, hoje avenida Lúcio Costa, na Barra da Tijuca, bairro da cidade do Rio de Janeiro.

Na frente do retângulo, havia um grande volume triangular que ocupava a construção de uma ponta à outra, como se fosse a proa da embarcação a se projetar em direção ao mar: uma escadaria com uns sete degraus, que compensava o desnível da rua. O reflexo dos degraus na estrutura de vidro fumê da fachada provocava, no olhar de quem entrava ali, a visão de uma geometria singular: projetados naquele espelho, eles eram paredes externas de uma pirâmide virtual. Porém, se subissem um pouco, os olhos veriam que o triângulo que dava suporte à sala de comando onde Bernardes trabalhava também se refletia na parede de vidro, compondo uma segunda pirâmide, invertida.

A percepção da imagem virtual das duas pirâmides superpostas impactava nossas mentes. As pirâmides, que compunham uma espécie de grande ampulheta num sutil equilíbrio, estavam lá, mas não existiam. O que significariam?

A primeira pirâmide, resultado da projeção da escada no vidro, representava a Terra e o seu potencial, síntese que se expressaria através dos recursos naturais e de sua conversão em benefícios sociais e ambientais para a humanidade. Sua intenção simbólica era e

é de extrema complexidade, mas o que valia era o conceito de interconexão entre o humano e o natural. Métodos e modelos matemáticos para apoiá-lo seriam detalhados por outros. A grande síntese era mais importante.

A segunda pirâmide, invertida, representava o humano, com sua distribuição por renda e/ou poder político. Sua base seria composta pela maior parte da população, com pouco poder aquisitivo e pequena capacidade de interferência política. Subindo para o ápice, se amplia a renda ou o poder político, e a quantidade diminui.

Assim, ao subir as escadarias, interpretávamos a primeira pirâmide como o potencial da Terra que se projetava na pirâmide invertida sobre ela, isto é, a população e a sua capacidade de transformar o potencial da Terra em bem-estar e qualidade de vida para todos. A população, por sua posição relativa, era capaz de ver, de forma integral, o potencial do planeta, pois a ponta de sua pirâmide invertida, ou seja, sua elite, tocava na ponta da pirâmide do potencial da Terra que, pressionada pela visão do todo e pela ação política, faz o movimento ascendente. O ciclo se fecha.

Durante o período em que estagiei no LIC, tive a oportunidade de conviver e, de alguma forma, de aprender com diferentes interlocutores que compunham o grupo que debatia e complementava as teorias de Sergio. Um desses amigos, Luiz Henrique, oriundo de Harvard, professor da UERJ, um dos coordenadores do projeto Radar na Amazônia (Radam), tinha participação ativa nos conceitos discutidos. Sergio era muito rápido e incorporava, como ferramentas de gestão do espaço, as visões técnicas do potencial do sensoriamento remoto, dos bancos de dados geográficos e das análises espaciais complexas. Ele tinha a noção precisa de como estávamos distantes, naquele momento, da possibilidade de sintetizar o potencial da Terra como instrumento norteador do desenvolvimento sustentável das sociedades humanas, mas acreditava que se tratava de um horizonte que, por curiosidade, estimularia esses universos solitários que somos nós a chegarmos lá.

Sergio resumia esse aspecto em uma frase: “Nosso problema não é mais de como fazer (*know-how*), mas de por que fazer (*know-why*).” Não vivemos uma crise técnica ou de como fazer, pois os tabus técni-

co-científicos, se necessário, são quebrados, como já foram diversas vezes. A questão se tornou por que fazer, e ela permanece em aberto. As universidades, como produtoras de conhecimento, estavam e estão dentro de um contexto fragmentado, perdendo o conjunto e propiciando o desequilíbrio e a insustentabilidade. “Vivemos uma crise de conceitos”, dizia Sergio. “Precisamos mudar a forma como tratamos o conhecer.”

A configuração das duas pirâmides buscava definir uma nova relação política, participativa e consciente, que, no fim, acabaria por orientar o Estado e as organizações da sociedade civil na interação com o potencial da Terra, transformando-o em bem-estar, por um lado, e na manutenção dos serviços ambientais, por outro. A posição das duas pirâmides resumia o que era de fato importante e descon siderava as complexidades inerentes à criação desse tipo de representação, ao sugerir uma dinâmica política nova, baseada na informação e no desenvolvimento tecnológico, para garantir os fluxos de energia em nosso planeta a partir do seu potencial e da nossa capacidade em transformá-lo.

Assim, com o homem egocêntrico, possessivo, ganancioso e frustrado, movido por sua visão própria dentro de sua curiosidade, assumindo a gestão de sua vida política para o melhor uso da Terra e de suas possibilidades, nasce o *terrismo*.

Essa nova lógica, a ditadura da Terra, geraria implicações profundas na estrutura geopolítica a que estávamos acostumados. O potencial da Terra, visto com a percepção dualista do uso da natureza e do serviço prestado por ela, se revestiria de novos horizontes, criando um limite concreto e real à criatividade humana, que passaria a ter um arcabouço em que se expressar, com base em atributos possíveis, que se alteram no espaço.

Cada região, com suas determinações naturais decorrentes do tempo, da água e do Sol, sempre se coadunaria com a cultura e a criatividade daquele espaço, e se tornaria única e singular, ainda que dentro de um padrão geral, como consequência da valoração do *individuo-universo* consciente.

Assim, para Sergio, as formas, as regiões e as cidades precisariam ter tamanhos predeterminados, pois uma conversa harmônica com

o meio se fazia necessária. A criatividade na construção de uma simbiose entre o humano e o natural se tornaria o meio de ocupar o espaço de forma sistêmica, diferenciada e sustentável.

O planeta contém a vida, que se traduz em complexos processos de trocas de energias entre os ambientes físicos, químicos e biológicos. A natureza, no seu processo evolutivo, criou soluções ótimas de aproveitamento desses três ambientes, garantindo estabilidade no tempo para os fluxos de energia, o que permite a coevolução, a diferenciação e a estabilidade da vida como a conhecemos.

A gestão a partir do potencial da Terra se enraizaria na distribuição fitogeográfica, limite e norte da ocupação humana. Os espaços seriam ocupados levando-se em consideração as suas características, de tal forma que estas definiriam quais poderiam ser as populações neles residentes, em termos de trabalho e manutenção da funcionalidade ambiental. As consequências seriam muito grandes, pois tanto a política quanto as formas de produção teriam que se adequar a essa nova organização. Uma cidade na Rússia não poderia ser igual a uma na Amazônia, mas, ao mesmo tempo, dentro de suas condições climáticas, fitogeográficas e culturais, ambas deveriam buscar a diminuição de suas pegadas ecológicas, a equidade social e o respeito à diferenciação cultural, “o óbvio muitas vezes esquecido”, como dizia Sergio.

Os Estados nacionais, como os conhecíamos, teriam, sob o *terrorismo*, que superar as noções atuais de limites, pois as condições e as interações ambientais passariam a ser determinantes e condicionariam porções político-geográficas com características semelhantes, definidas pelo clima e aproveitadas pela cultura. Os espaços, transformados pela criatividade peculiar do humano, se diferenciando e coevoluindo, garantiriam qualidade de vida no plano local e equilíbrio funcional ao nível global, como dizia Sergio, mais ou menos desse jeito.

A política, nesse contexto e através da visão coletiva do potencial da Terra, aderiria a essa nova condição relacional e, em coletivo, propiciaria a qualidade de vida. O somatório desses diferentes e iguais, como os povos das florestas equatoriais, os povos dos desertos e assim por diante, passaria a buscar representatividade política co-

letiva de acordo com a funcionalidade da interatividade dos biomas em que eles estariam localizados. A dimensão social deveria evoluir para modelos diferenciados que, como um todo, permitissem que a vida continuasse como a conhecemos.

Um dos grandes desafios da ciência e da política na atualidade ainda é entender os fluxos e a correta utilização da energia disponível para fundamentar ações dos poderes públicos nas dimensões local, regional, nacional e global capazes de preservar, ao longo do tempo, recursos naturais e serviços ambientais.

Sergio mentalizava essa realidade e rascunhava uma pirâmide que representava o potencial da Terra.

Atualmente, essa fundamentação utilizada no LIC se fortalece com as possibilidades que as novas tecnologias permitem, como a identificação e a mensuração dos serviços ambientais que a Terra presta à humanidade e a clara percepção do processo, em curso, de mudanças climáticas.

Os biomas apresentam, em escala planetária, interações ótimas entre insolação, temperatura, pluviosidade e isolamento. Essas variáveis globais se especificam em escala local com a inserção da geomorfologia e da biogeografia em cortes sistêmicos baseados na hidrografia. O *terrismo* se estruturou a partir desses recortes e através de análises geográficas que identificam suscetibilidades e serviços ambientais em diferentes escalas, em contraposição aos potenciais de transformação da Terra por trabalho que propicie qualidade de vida.

3. As células urbanas

A CIDADE-AMEBA, QUE, EM SEU CRESCIMENTO DESCONTROLADO, era um “câncer urbano”, como dizia Sergio, ocupava os espaços de forma agressiva, comprometendo as características físico-biológicas, culturais e sociais do espaço.

“O somatório do improviso ganancioso do crescer urbano, agora mais do que nunca, se mostra inconsistente. Os fins (moradia, segurança, infraestrutura de saneamento, gestão de resíduos, energia, água e lazer) estão em colapso e, quase de forma sistêmica, o agravamento de um problema agrava e cria outros problemas. Esse aspecto negativo pode se mostrar positivo quando se acerta. Assim, um acerto é estímulo e consolidação de outros acertos.”

Uma avenida perpendicular, entre o mar e o escritório, ia da praia até a lagoa de Marapendi e, parecendo um fio com oitocentos metros de comprimento, ligava O Navio a uma figura espacial, de novo simbólica: um enorme quadrilátero, em forma de pirâmide maia, com uma grande área central aberta.

A pirâmide-edifício se impunha de forma eloquente na paisagem e O Navio, quase como um pequeno rebocador, representava o ir em frente. As laterais apresentavam os quatro andares recuados em relação ao andar logo abaixo deles, com os apartamentos, que tinham duas visões: uma para dentro da geometria e uma para fora, para o mundo.

O Village Oceânico, desenhado por Sergio, foi o primeiro prédio a ser construído na Barra da Tijuca, no fim da década de 1960. Durante quatro anos, vivemos na cobertura da lateral leste do edifício,

em frente ao escritório. Todos os ambientes, de alguma forma, eram influenciados pelo desenho de Bernardes. O ver para dentro e o ver para fora simbolizavam os princípios discutidos na primeira conversa aqui referida: a área do condomínio era uma unidade específica, com seus limites físicos, suas relações internas e o seu exterior, o distante, porém integrado – o despertar para o curioso.

As unidades espaciais, agregadoras dos universos individuais que somos, se repetiriam em várias obras de Sergio, algumas construídas, como o Hotel Tambaú, em João Pessoa, ou o Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), no Rio de Janeiro, ou não construídas, como o Hotel Amazônico. Cada uma delas evoluiria para uma unidade político-administrativa urbana, autônoma, mas integrada, que, dentro de seus limites, seria responsável pela gestão dos serviços necessários à sua manutenção e que teria como finalidades o bem-estar e a qualidade de vida da população e do meio ambiente local.

O espaço cartesiano, por ser simples, foi utilizado para gerar a célula urbana proposta por Sergio. A ergonomia, em tese, poderia definir a escala do humano, do caminhar, do estabelecer contato. O quilômetro quadrado facilitava a explicação e o entendimento e, assim, cada célula foi configurada em um quadrilátero com cerca de um quilômetro quadrado de área.

Essa unidade urbana, a célula, representava uma generalização operacional. Suas características culturais, econômicas e sociais e suas particularidades físico-espaciais, como bacias hidrográficas, seriam determinantes, mais do que os aspectos geométricos, numa gerência local efetiva, com empoderamento participativo da população. As correlações entre tais fatores, assim, alterariam a forma fixada por Sergio para as células.

O conjunto lógico-conceitual-espacial era mais importante do que a precisão na delimitação das unidades. O LIC seria, como Sergio sempre falava, um ambiente que subsidiaria a trilha para que, no futuro, os detalhes fossem pensados. Naquele momento, o conjunto prevalecia.

A autogestão das células urbanas envolveria, além da política autônoma nas decisões, a gerência dos serviços a nível local. “Não vejo sentido, por exemplo, em que a questão do lixo seja resolvida por

uma superempresa municipal com mais de 20 mil funcionários, responsável por coletar, individualmente, o lixo doméstico produzido por milhares de moradias, juntá-lo e processar essas toneladas de forma eficiente e sustentável todos os dias.”

Sergio utilizava pelo menos duas escalas geográficas para organizar a gestão urbana, para que o equilíbrio das forças fizesse sentido: a esfera local e a esfera municipal.

Assim, as células urbanas, cada uma com seu quilômetro quadrado e seus serviços, se organizariam a partir de mecanismos locais de controle e gerência. O Estado, enquanto agregador das ambições individuais e em busca de evitar o caos, deveria dar “alforria à gestão local”, em suas palavras.

A municipalidade prestaria serviços às células e às suas conexões com o mundo. O município, na sua macroescala, teria grandes clientes: as células. Todos os serviços, como água, energia e disposição de resíduos, chegariam a um ponto físico no centro da célula, cuja conexão com as casas individuais seria responsabilidade dos moradores locais, na sua gestão. Eles poderiam, portanto, ser ativos no controle e na gestão dos serviços, então demandados em grande quantidade, relativos à qualidade de vida e ao bem-estar.

Haveria cerca de 500 células na cidade do Rio de Janeiro, o que customizaria de forma consistente os serviços públicos municipais, que passariam a ser prestados de forma escalar e concentrada na gestão e na integração de grandes volumes de consumo ou de resíduos.

Ocorrências locais, como a queima de uma lâmpada na rua em frente a uma casa ou o lixeiro que não respeitou a coleta seletiva, propiciariam a utilização da energia dos moradores em benefício do coletivo. O morador poderia e deveria resolver problemas assim! O coletivo dentro da célula passaria a ser de cada indivíduo e, portanto, de todos. As células, com o tempo, tenderiam a buscar e desenvolver soluções únicas e criativas, adequando sua cultura ao espaço e vice-versa, produzindo e estimulando a diferença. “Precisamos democratizar de forma clara e eficiente a gestão da paisagem”, dizia Bernardes.

O município, na sua dimensão, gestaria e geriria poucos pontos com infraestrutura pesada envolvendo serviços urbanos. As células seriam conectadas por grandes vias, como artérias, administradas pelo muni-

cípio. Sergio tinha o costume de explicar essas vias a partir do indivíduo. “Seria admissível se, para irmos ao banheiro à noite, tivéssemos que entrar em três quartos com pessoas dormindo? Claro que não. Os bairros ou as células precisam de um corredor externo, uma artéria, para garantir sua individualidade coletiva e sua acessibilidade.”

Ele argumentava que essa estruturação, em que a comunidade assumiria parte da gestão do espaço do município, permitiria uma contrapartida através da redução nos impostos. A eficiência do Estado passaria a ser controlada e organizada a partir das finanças dos locais, com controle coletivo, ou seja, participação. A ideia de que contrataríamos por opção a empresa A ou B para trocar a lâmpada da esquina alteraria a relação entre o público e o privado dentro da célula.

O conceito de células urbanas como unidades político-administrativas da gestão municipal se coadunava com algumas características dos tradicionais planos diretores. Sergio previa que as células urbanas se especializariam em células residenciais, células comerciais e de serviços, células mistas e células de produção agrícola. Essa categorização não objetivava delimitar a complexidade que essas células urbanas poderiam adquirir no seu processo de autoadministração e evolução, mas, sim, identificar os principais padrões e variâncias que o tecido urbano poderia adquirir no seu processo de especialização.

Estudos feitos pela equipe do LIC sugeriram que ocorreria uma redução de mais de 70% no valor dos impostos. A diferença, bem expressiva, se reverteria em investimentos locais, sob gestões locais. A relação entre pagar e ter determinado serviço ganhava uma nova conotação na gestão do espaço urbano. Os locais, de forma integrada, se auto-organizariam e se conectariam à administração do município.

O LIC e seu espaço físico estimulavam a individuação. Ao mesmo tempo, entre suas salas e seus corredores, fervia um constante provocar que movia, questionava e permitia novos pensares e novos desafios. O porquê era mais importante do que o como.

Nesses devaneios e conexões, fomos estimulados, entre outras provocações, a pensar e discutir a célula rural como elemento integrado ao urbano que, por um lado, abasteceria parte do consumo da cidade com baixo custo de transporte e, por outro, absorveria a

matéria orgânica produzida nas células urbanas. Essa dinâmica viabilizaria a produção orgânica em larga escala nas células rurais com baixo ou nenhum impacto ambiental. Esse eixo de clara sustentabilidade espacial urbano-rural diminuiria a pegada ecológica do município, termo hoje empregado.

Em meus últimos três anos de estágio no LIC, Sergio afirmava que, lá, eu estava cursando graduação em *terrismo*. Nessa linha, organizamos um grupo de estudos que, depois, se transformou num grupo de pesquisa. Sergio participava, de quando em quando, das reuniões do grupo de estudo, para nos levar a buscar outras soluções ou alguma alternativa não percebida e a questionar as próprias bases das experiências anteriores.

O sentido de individualidade aliado à curiosidade gerou provocação e, assim, alinharam-se as bases do projeto científico que seria, cinco anos depois, implantado na PUC-Rio com o nome de Projeto Muepo. Dez anos à frente, o projeto se consolidou e, como Projeto Riortas, foi implementado pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Na época, entendemos que precisaríamos estabelecer, por célula urbana rural, um planejamento que precisasse a relação entre abastecimento local, área necessária de plantio e quantidade de matéria orgânica necessária ao cultivo. Aqueles números foram de pouca utilidade, por falta de dados geográficos e de ferramentas de geoprocessamento na época. Atualmente, com as tecnologias geográficas disponíveis, tornou-se factível aumentar a sustentabilidade urbana através da ocupação produtiva em áreas periurbanas. A produção de hortifrutigranjeiros nas células urbanas rurais, com essa diretriz conceitual, poderia suprir de forma eficiente e economicamente viável parte do consumo das cidades, com forte suporte em planejamento de produção e com utilização de tecnologia espacial para estabelecer os circuitos de abastecimento decorrentes da dispersão da produção em pequenas propriedades urbanas e periurbanas.

4. As artérias e os anéis de equilíbrio

O NAVIO TINHA UM PORÃO. O primeiro piso do prédio abrangia a área inteira do retângulo e estava três metros abaixo do nível da rua que confrontava o oceano Atlântico. Atrás dele, em função do desnível do terreno, havia um muro de tijolos de cimento vazados que subia até o quarto andar e servia de suporte a uma trepadeira de restinga: um belo jardim vertical com flores roxas entremeadas pela farta folhagem verde-escura.

Todos os andares superiores que compunham o escritório eram recuados em relação ao piso inferior, permitindo a passagem da luz. Três amendoeiras foram plantadas, numa varanda aberta no primeiro piso, junto ao muro de tijolos vazados, e elas cresceram e chegaram a ultrapassar o nível do quarto andar. Um lindo monumento à vida. Lembro que eu e Pavel Cavalcante, hóspede do escritório e grande amigo, subíamos ao topo das amendoeiras em dias de tempestade. Brincadeiras de jovem... Sentíamos a forte oscilação das árvores fincadas ao solo, que se aproximavam e se afastavam dos muros que as ladeavam, movidas pela fúria do vento do mar. Ao bater em nossos corpos e provocar a agitação dos galhos em que nos agarrávamos, ele nos fazia perceber a energia se convertendo em movimento.

Espaços amplos se configuravam no porão do escritório: um grande auditório com os sofás-rampa, desenhados por Sergio, que davam a impressão de que estavam ocupados mesmo quando vazios; o arquivo de projetos, com mais de três mil itens; uma biblioteca de arquitetura, geografia e meio ambiente; uma cozinha industrial e um refeitório com amplas portas de vidro; uma varanda arborizada, para descanso; e uma coleção de maquetes, que tornavam “reais” ou que, pelo menos, faziam com que eu visse com mais facilidade as linhas e

imaginações de Sergio. A “maqueteria”, como chamávamos aquela parte do porão, expressava diferentes concretizações de casas que seriam construídas e de desafios espaciais complexos, como o Espaço Cultural da Paraíba, então em construção.

Uma espécie de grande retângulo, porém, sobressaía entre essas pulsões criativas: uma maquete para cliente nenhum, com um metro e meio de largura por cinco de comprimento. Rômulo Boetger, o arquiteto maquetista, se debruçava sobre aquela grande mesa e, concentrado como um cirurgião, superpunha ortofotos na escala 1:25.000 a um modelo em cortiça da elevação de terrenos na cidade do Rio de Janeiro. A maquete, bem realista, iria representar espacialmente os conceitos urbanos de Sergio no estudo de caso da capital fluminense. Assim, as planícies eram representadas por um conjunto de fotos aéreas; os morros, por pranchas de cortiça coladas em volumes; e as florestas, por uma textura que recobria as pranchas ou as imagens.

A configuração geomorfológica peculiar da cidade, representada na maquete, permitia a visualização de dois maciços, o da Tijuca e o da Pedra Branca, rodeados por uma planície, ao sul, limitada pelo oceano Atlântico; e por outra planície, ao norte, a Baixada Fluminense, a estender-se até o maciço do Gericinó.

Esse era o cenário de desenvolvimento para os pensamentos e as ideias de Sergio sobre urbanismo.

As células urbanas, na sua individualidade gerencial integrada, necessitavam de um eixo de alimentação em todos os sentidos, uma artéria que conectaria cada célula aos seus serviços através de outras vias de transporte. O sistema funcionava de forma capilar: as ruas internas de uma célula se concentravam numa única saída, que se ligava a uma artéria de porte. Bernardes projetou para a cidade do Rio um conjunto de artérias que saíam dos maciços da Tijuca e da Pedra Branca de forma radial, criando uma nova configuração de transporte na cidade como um todo.

O conjunto de artérias seria conectado por dois macroanéis de transporte localizados em torno dos dois principais maciços da cidade, no limite de expansão definido pela cota altimétrica de cem metros em relação ao nível do mar. O conjunto formado pelas células

urbanas, pelas artérias de conexão e pelos anéis de equilíbrio compunha um sistema.

A partir da individualidade da célula, como premissa, poderíamos ter a visualização dessas unidades administrativas autogerenciadas, no seu microuniverso, se conectando a grandes vias de transporte que, no seu veio, trariam todos os serviços, como energia, água, comunicação e insumos. Princípios de gestão sustentável, como eficiência energética, geração local de energia e economia de água, envolvendo aproveitamento e ou reuso da água da chuva e reciclagem dos resíduos sólidos produzidos, seriam, na célula, iniciativas locais naturais que contribuiriam para diminuir a pressão por esses serviços, agora centrados em macropontos nas células administradas pela prefeitura.

A cidade disforme, de crescimento incontrolável e, como frisava Bernardes, cancerígeno, findava na estrutura de células, artérias e anéis. O que dava dinâmica a esse sistema era uma triangulação de funções: o habitar, o trabalhar e o lazer, motivos de existir da cidade.

Assim, no pensar de Sergio, as cidades, como lócus do homem, eram movidas pela lógica do trabalho que, como energia básica, gerava o movimento e a intenção. O que nos faz estar aqui ou ali, nesse entender, é a capacidade da população de transformar o potencial do local da Terra em benefício, para si e para o coletivo.

Veios eram marcados, com delicadeza infinita, nas fotos aéreas, construindo na maquete a nova cidade de Sergio. Uma grande placa de acrílico, por baixo de tudo, permitia que a luz transpassasse os pequenos veios que representavam os anéis, as artérias e os centros de cada célula. O efeito era bem forte, mas suave, com os maciços circundados por colares, os anéis de equilíbrio, como os denominava Sergio, que, iluminados por baixo, se espraiavam pelas artérias, que, por sua vez, se conectavam aos centros das células. Uma espécie de corpo vivo superposto à paisagem.

Os fluxos e a lógica da individuação e da diferenciação eram os objetivos da ideia de célula: um espaço-território, individual e coletivo, equilibrado pelas ações locais da gerência, em seu tamanho e detalhamento, se conectando à escala do município na gestão das artérias e dos insumos que para lá acorreriam.

Impossível atualizar essas lembranças, para uma provocação e um alerta quanto às consequências desses conceitos à luz das novas tecnologias disponíveis, quando a maquete se tornou digital. Isso permite representações complexas que propiciam a elaboração de análises espaciais e de sínteses geográficas. Estas, por sua vez, permitem a criação de cenários capazes de, por exemplo, avaliar o efeito das mudanças climáticas em áreas urbanas ou... a própria eficiência multifacetada das células, artérias e anéis propostos por Sergio.

O avanço tecnológico já permite que o âmbito local seja dominado pelas forças sociais, conscientes e ativas na compreensão do potencial da Terra. Essa possibilidade pode se concretizar através da integração entre as informações qualificadas, que, na internet, através de mapas inteligentes, descrevem, de forma acessível, os potenciais locais disponíveis e o enorme potencial das redes sociais, que se espalham pelo mundo, conectando as pessoas e os lugares.

Assim, pode-se imaginar que caminhemos para que a população consciente pressione a política, de forma participativa e democrática, a se tornar o instrumento de conversão de seu potencial em trabalho e em qualidade de vida.

Os conceitos que compunham o pensamento teórico de Sergio, do *terrismo* à cidade composta por células guiadas pela participação e pelo seu potencial, são avaliáveis, hoje em dia, nas interconexões que se acumulam entre as geotecnologias, a gestão de bancos de dados e as redes sociais.

Um salão envidraçado que havia ao lado da “maqueteria” e que era usado para almoços transformava-se, nos finais das quartas-feiras, em espaço lúdico onde os universos humanos que frequentavam o escritório podiam se encontrar, ou melhor, interagir, num alegre ritual de cantoria e danças. Cada um se expressava, do responsável pela limpeza aos arquitetos, amigos e visitantes e, de quando em quando, Bernardes, num simplório êxtase. Então, um clima forte de união se estabelecia.

O viver naquelas paredes levava à liberdade, e uma aura de criatividade era constante. Sergio impunha, na soltura, que o melhor de cada um aparecesse. O pançudo Calmério, grande arquivista responsável pela preservação das obras de Bernardes, liderava as rodas

de samba. Ele e Chuchu, seu assistente, magríssimo, conhecido pela lentidão dos movimentos, se somavam a Anaori e Aurélio Apoin e Renato de Moraes, entre outros arquitetos, e a visitantes como Eduardo Rocha: uma plêiade diversa de mentes livres que ali se acalmavam, cientes de que o provocar estava à espreita.

A equipe de filmagem de Serginho, filho de Bernardes, ocupava, nesse mesmo espírito, uma sala envidraçada dois andares acima, da qual se viam, olhando para baixo, as sequências de pranchetas tomadas por universos em criação. Ali, havia um grande deque de madeira limitado pelo muro de tijolos vazados e, no lado oposto, a parede de vidro da entrada do escritório, que permitia a vista para o mar. Uma equipe em volta de uma mesa de luz, a recriar o perceber, a expor aspectos sutis. O longa-metragem *Madrepêrola*, joia que Serginho lapidava havia anos, polêmico e fora do seu tempo, foi construído naquela sala, até onde foi possível. A criatividade de Sergio Wladimir Bernardes também se configurou em *Rio: plano político-administrativo do município*, que, em 72 minutos, expressou em imagens o que está sendo aqui escrito: o pensamento solto e liberto do pai.

5. A Cidade S.A.

O DIA A DIA COM SÉRGIO BERNARDES ERA MUITO PRAZEROSO: como o sentido de sua vida se traduzia num sincero respeito ao outro e na força que ele movia sintetizada na curiosidade, os momentos eram espirituosos e cheio de provocações no universo que éramos. Lembro-me de chegar ao escritório cedo, num domingo em que Bernardes lá pernoitou, coisa comum nos surtos criativos, e encontrá-lo sereno em sua mesa, a ouvir, nas alturas, o *Bolero* de Ravel. O som, ligado na sala principal em que se encontravam as pranchetas, penetrava todos os cantos, criando uma atmosfera que se harmonizava com os fachos de luz que se movimentavam através das várias estruturas envidraçadas que compunham o escritório.

Figuras mais que ricas lá estavam em dias e horas como esses, aproveitando o clima da manhã. Manuel, carinhosamente chamado de Manuelzinho, participou da construção do escritório. Sergio, desde sempre, viu muita energia naquele garoto que a vida fez sofrer já na infância: no sertão, na ingenuidade do tempo, brincava de se arrastar no rabo de um burro que, descontente, tentou se livrar da criança e a acertou com um coice na face, afundando seus ossos e tirando seu sorriso. Bernardes, em seu amor ao outro, contratou Manuel para trabalhar no escritório ao fim da obra. Depois, o apresentou a um velho amigo cuja casa projetou, o Dr. Ivo Pitanguy, que operou pelo menos oito vezes, de graça, sua face destruída. Não vejo há muitos anos aquele então jovem alegre que, além de trabalhar em atividades gerais no escritório, treinava para a maratona. Minhas últimas notícias sobre ele foram que morava em Nova York e ainda era um corredor de maratonas.

O escritório e o LIC estavam, na época, o final dos anos 1970, na fronteira da cidade, a Barra da Tijuca, que, em sua maior parte, era um grande areal cortado por um conjunto de lagoas. Aquele descampado, como dizia Sergio, seria logo ocupado pelo modelo fracassado e pouco participativo de urbanização: precisávamos rever nossos conceitos e propor alternativas que evitassem o caos anunciado.

A percepção do entorno, do relevo e da insolação, expressa em tantos projetos, era a raiz de seu entendimento da dimensão urbana, uma vez ampliada para a escala do local: as células urbanas abriam horizontes para o empreendedorismo socioambiental, para a gestão participativa, para a integração de serviços e para a mobilidade. Novas dimensões de poder passariam a se estabelecer a partir do conceito de célula urbana, ela mesma uma unidade política participativa natural.

O “Plano Político Administrativo Municipal”, apresentado e defendido por Sergio, tentava tornar factível o conjunto de conceitos que balizava o modelo de cidade proposto no LIC. A cultura era a do fazer ou de pensar o fazer.

Boa parte dos projetos criados e desenvolvidos por Sergio, em geral bem revolucionários, não foi executada. Isso pouco importava para Bernardes, pois a criação, a curiosidade e o desafio do processo já bastavam. Muitos desses fantásticos estudos, da maçaneta à porta, de mesas e cadeiras a carros e aviões, de casas flutuantes a casas submersas, estão arquivados na UFRJ e merecem ser estudados e desenvolvidos.

O Plano se materializou em representações cartográficas. A grande maquete, em construção, sinalizava uma nova distribuição espacial, política e econômica da cidade: quinhentas e poucas novas cidades, autogerenciadas e unidas por uma estrutura de serviços enxuta, composta por dois anéis, vinte e poucas artérias e quinhentos pontos de entrega de serviços. As escalas de gestão se articulavam, diversificando e conectando o tecido urbano.

Em muitas conversas, Sergio buscava a síntese, a simplicidade que, de alguma forma, explicaria tudo. As cidades, na sua função tripla de moradia, trabalho e lazer, se movem e se constroem. O que as leva a esse movimento?

A força motriz, para Sergio, era tão simples quanto a que impele o homem: a ganância, que se expressaria, no meio urbano, através da

especulação imobiliária. Os movimentos de construção e reconstrução urbana seriam, como expressões da natureza humana, movidos pelas possibilidades de valorização da terra, a partir da ampliação local dos serviços urbanos, o que ocorreria tanto em áreas nobres quanto em comunidades carentes.

Sergio buscou um mecanismo para aproveitar essa energia que desorganiza para propiciar sinergia e direção, construindo um novo modelo urbano, mais eficiente, através do qual seria possível obter melhoria na qualidade de vida do indivíduo e, conseqüentemente, do coletivo. Ou seja, tornar a especulação imobiliária o agente de organização e construção da cidade eficiente e participativa.

O *terrismo* estabelecia que as tecnologias voltadas aos potenciais da Terra permitiriam que eles se correlacionassem à geração de empregos. A identificação de tais recursos, relacionados às suas situações históricas, geográficas, políticas e econômicas, permitiria apontar a capacidade máxima de cada ponto geográfico para gerar empregos. Assim, a cidade seria vista como espaço de trabalho e se adequaria à demanda real de moradias necessárias. A possibilidade máxima de construções de moradias na cidade seria convertida em um “bônus patrimonial”, que representaria direitos de construir ali e seria dividido por todos os proprietários urbanos, de acordo com seu quinhão em relação à área total do município. Para ser implantada, qualquer construção, sobretudo a vertical, precisaria adquirir essa “parcela de bônus”, numa espécie de bolsa de valores administrada pelo Estado.

A cidade se transformaria em uma grande empresa de sociedade anônima que comercializaria os direitos de construir, em função da demanda por novas habitações, derivada do aumento de empregos na cidade. As gestões locais determinariam isso, considerando as novas configurações territoriais. Esse instrumento desvincularia o direito de moradia do direito de construir, tornando a especulação uma força direcionada, que passaria a subsidiar um desenvolvimento harmonioso e sustentável em suas várias dimensões.

O *terrismo*, portanto, já levantava os compromissos das unidades urbanas em relação aos serviços ambientais perdidos ou prestados por cada unidade, gerando custo ou receita em função de sua gestão equilibrada dos resíduos e do consumo de energia, água etc.

Sergio, afeito à tecnologia, considerando-a extensão natural do ser humano, dizia que “precisamos estimular a ganância individual para criarmos força de transformação, utilizando nossos novos olhos tecnológicos”. Claro que, em síntese, ele estava falando de um novo pacto, que partiria do potencial da Terra para o conhecimento de nosso lastro de crescimento, uma nova direção política, como sugeria.

Os modelos utópicos, ou “realistas”, como dizia Sergio, meio óbvios, nos ajudariam a perceber possíveis correlações que norteassem ações de pesquisa e desenvolvimento dentro de outra lógica conceitual que, de alguma forma, dessem solução ao aparente caos. Sergio visualizava uma cidade coerente, resultado das diferenças que se estabeleceriam e se configurariam no equilíbrio entre as escalas políticas. Dela surgiria um sentimento de pertencimento que faria o morador urbano tomar parte na gestão de seu local e, ao mesmo tempo, reconhecer-se parceiro e beneficiado dos dividendos do sucesso e do crescimento da cidade.

A contabilidade da Terra, que extrapolaria os limites territoriais dos municípios, criaria compromissos em escalas diversas. As cidades assumiriam responsabilidades como pagar pelos serviços ambientais não prestados e receber pela contabilidade positiva das práticas sustentáveis, o que criaria uma lógica financeira para a gestão sustentável do espaço urbano.

Os mecanismos financeiros, jurídicos, administrativos e operacionais de mensuração e avaliação desses instrumentos de gestão pública propostos eram, então, embrionários, e não se pretendia que boa parte dessa construção teórica fosse tão longe: ela seria um conjunto de diretrizes que compunham um todo coerente e capaz de responder pelas demandas em função das quais foram criadas.

Esse pano de fundo livre permitia que Sergio pensasse em mudar as cidades a partir da ganância individual, que garantiria o sucesso e o poder de transformação. Imaginava, dentro de princípios consuetudinários e com rebuscadas técnicas de engenharia, bairros verticais onde os serviços de transporte saíam direto do plano para o vertical. “Com os direitos de construir, cada morador de Copacabana poderia ter quatro apartamentos nos bairros verticais e todos se mudariam. Uma célula poderia optar por construir em seu centro bair-

ros verticais, verdadeiras torres com mais de 150 metros, permitindo que todos os espaços fossem liberados para o lazer e as atividades ao ar livre. Os adensamentos não se somariam pelo mercado livre de direitos de construir, já que seriam dependentes do crescimento e dos empregos gerados na cidade.”

Enfim, um assunto meio denso. Lembro-me de como o tema era tocado com cuidado por ele. Um pequeno livro sobre o assunto, *Bônus patrimoniais*, foi editado e também está disponível na UFRJ.

Certa tarde, sentado em sua mesa, Sergio me apresentou o projeto de uma vila que estava desenvolvendo numa área de planície, na beira de um rio, no sul da Bahia. O conjunto edificado envolvia uma geometria circular à qual diferentes unidades espaciais se atrelavam, garantindo eficiência na distribuição de insumos à vida. Sergio provocava: “Felipe, imagina diferentes esferas circundando nossa vila, planejadas e organizadas de acordo com técnicas orgânicas, consumindo a matéria orgânica da cidade e produzindo alimentos para a população local!” Aquilo me estimulou muito.

Idealizamos uma faixa com 300 metros de raio próxima do centro, onde se cultivariam hortaliças que, por serem frágeis, demandam muito trabalho, dentro de um planejamento de produção que garantiria sua continuidade e o abastecimento urbano ininterrupto.

Uma faixa mais afastada, com uns 800 metros de raio, seria dedicada ao cultivo contínuo de plantas mais rústicas, que ocupam áreas maiores, como milho, aveia e batata. Ainda mais externa, uma faixa de 2 mil metros receberia frutíferas de acordo com o clima local, além de culturas consorciadas rústicas, como aipim e abóbora, que necessitam de tratos bem rarefeitos e distribuídos pelo ano.

Montamos um modelo de baixo impacto espacial, em que a produção muito próxima do ambiente urbano emitiria baixa quantidade de CO², direção que se expandiria para as técnicas orgânicas de cultivo, que eliminam os adubos químicos e os defensivos de origem petroquímica, além de absorver a matéria orgânica produzida na cidade. Assim, o núcleo urbano assumiria a gestão dessas áreas como parte integrante de sua corresponsabilidade socioambiental. A interação entre o potencial local e o uso humano geraria formas de otimizar custos e eficiência, em decorrência do sistema gerencial

democrático e de baixa pegada ecológica que seria possibilitado pela Cidade S.A.

Quando finalmente ficou pronta, a representação em três dimensões do seu modelo de cidade para o Rio de Janeiro foi instalada no LIC em uma sala nobre de vidro onde, como um sonho, o “Plano Político Administrativo Municipal” flutuava, sensação acentuada pelo piso azul forte de todo o escritório.

6. O Arquipélago Brasileiro

NUM SÁBADO DE AGOSTO, Sergio me convidou para visitarmos um grande amigo dele em Niterói, cidade vizinha ao Rio de Janeiro. Lá fomos, no “besouro verde”: um grande Puma rebaixado e turbinado, preto com adesivos verdes nos para-choques fosforescentes. A velocidade fazia parte da personalidade de Bernardes e, num carro, ele gostava de correr e sentir a força do motor. Sergio tinha um veículo que comportava esses devaneios, mas era cauteloso, não perdia a cabeça e o aproveitava com responsabilidade. Talvez pela idade. Naquela época ele tinha cerca de 58 anos, já uma lembrança calma do tempo em que corria de verdade, a ponto de ter participado do IV Grande Prêmio de Portugal, em 1954, dirigindo uma Ferrari 225S. Apesar do gosto pelo esporte, a alma de arquiteto rapidamente voltou ao controle.

Sergio era um homem arrojado, tinha segurança e coerência para ser e fazer o que falava. Naquela manhã fria de agosto, cruzamos a ponte Rio-Niterói e ele, relembando sua vida, me contou sobre o tempo que passou a voar num pequeno avião que pilotava sobre grandes e médios rios do Brasil. Um pouco depois, entenderia o porquê das lembranças de Sergio. No decorrer da manhã, o “velho amigo” que íamos visitar se mostrou bem mais do que isso. Somos todos concatenados... Esse amigo, com seus oitenta anos, era um geógrafo e foi o professor que provocou o Sergio jovem, estimulou sua construção mental do relevo do país e orientou a provocadora caminhada aérea pelos rios de nossa nação.

O empolgado professor geógrafo falava na varanda de sua casa não muito grande, antiga e rodeada por múltiplas árvores frutíferas, ao lado de uma mesa cheia de mapas. Seu assunto: a interco-

nexão aquaviária das regiões brasileiras. “A hidrografia de nossos rios integrará este país.” Senti-me privilegiado por estar presente naquele encontro, e para mim foi muito positivo ver o conhecimento passando de geração em geração. Dessa história, como fomos apenas eu e Sergio na visita e já não tenho a quem recorrer, o nome do geógrafo se perdeu. Mas, por caminhos que desconhecemos, hoje sou geógrafo.

Seguir os rios significou seguir as dinâmicas geomorfológicas, que se fazem e se incrementam pelos rios. Sergio, ao voar sobre esses leitos que absorvem as águas do relevo, memorizou imagens e construiu nexos na sua mente. Bernardes dominava e falava a linguagem do espaço e da forma. Assim, as sínteses de suas percepções se realizavam espacialmente. “Os rios são os elementos naturais de conexão na terra”, dizia.

O potencial da terra, quando visualizado do ar, se configurava e se firmava, para ele, na logística do transporte modal. Sergio argumentava que distâncias acima de mil quilômetros a serem percorridas com produtos chegariam a seu ponto ótimo de eficiência através de sistemas aquaviários com grandes barcas; distâncias menores, de até quinhentos quilômetros, pelas ferrovias; e, abaixo disso, por rodovias. Essa lógica orientou sua visão geopolítica, que se traduziu em uma proposta física, na qual os rios, interconectados como são, compunham ilhas que, em conjunto, formavam uma nova configuração territorial, denominada por Sergio de Arquipélago Brasileiro, nação a ser integrada por anéis aquaviários.

Assim como no Plano Político Administrativo Municipal, com seus anéis de equilíbrio e suas artérias, Bernardes via os rios conectados, formando as ilhas como anéis de integração que, de forma radial, penetrariam o território com ferrovias. Por sua vez, as ferrovias seriam cortadas perpendicularmente por rodovias, gerando uma integração funcional de sistemas de transporte. As ilhas, decorrentes de padrões geomorfológicos, hidrológicos e climáticos, se integrariam pelo transporte.

Sergio poucas vezes assumia certas abrangências da proposta. Ideias escondidas, estratégias para não assustar... As unidades fisiogeográficas, com sua lógica sistêmica, eram, no *terrismo*, a base

para se avaliar de forma integrada o potencial da terra na geração de empregos e seus desdobramentos. Essa nova unidade, na visão de Sergio, tomaria o status de unidade territorial da federação: as ilhas bernardianas seriam os estados de nossa nova federação.

A visão territorial a partir do rio pressupõe o recorte da bacia hidrográfica como unidade funcional, com seu potencial a ser transformado em qualidade de vida pela ação política, a partir da tecnologia vista como extensão natural do homem, em benefício da própria unidade, ou “ilha”. Ao mesmo tempo, o uso do potencial da terra e a geração de renda e trabalho demandariam a obrigação de gerenciar e manter a funcionalidade ambiental da bacia hidrográfica.

Ao entender as correlações entre usos e funcionalidades, a população pressionaria a classe política a estabelecer um novo pacto social em que o potencial da terra norteasse a ação política em prol do benefício coletivo e individual. As duas pirâmides que se tocavam na fachada de vidro d’O Navio, em frente ao mar da Barra, simbolizavam essa ideia.

Equilíbrios espaciais geográficos, como os vislumbrados por Sergio na década de 1980, envolveriam esforços inumanos. Seu alcance demandaria, por exemplo, a obtenção de dados confiáveis que permitissem identificar os serviços ambientais prestados por uma bacia hidrográfica e o potencial a ser convertido em atividade produtiva, em geração de renda e em qualidade de vida.

Mais difícil ainda seria inserir a população no processo que decidiria, por pressão política, que tipo de aproveitamento ótimo se esperaria da bacia hidrográfica a que pertence, considerando a continuidade dos serviços ambientais como limite a ser mantido. Esse estado político, expandido por outras bacias mundo afora, garantiria o desenvolvimento, equilibrado pelas diferenças entre os locais que, em conjunto, possibilitariam as mesmas condições de qualidade de vida às populações presentes e futuras.

Trinta anos depois, o *terrismo* teórico defendido por Bernardes ganha factibilidade diante do avanço estrondoso das tecnologias, sobretudo das que englobam os satélites de comunicação e os de monitoramento ambiental, os sistemas de posicionamento global e os de informações geográficas.

Hoje, as geotecnologias estão caminhando na busca da integração de esforços para a organização e a disponibilização de bancos de dados geográficos globais qualificados, que contenham informações georreferenciadas precisas em nível local, de forma a permitir a identificação e o monitoramento da expansão humana e do impacto dessa expansão nas funcionalidades ambientais prestadas pelos ecossistemas. Afinal, é o equilíbrio dessas forças que propicia a continuidade da vida humana em nosso planeta.

O mundo de Sergio, no entanto, ainda se traduz em um enorme desafio técnico, científico e geográfico.

Sistemas eficientes de análise ambiental, capazes de identificar os potenciais de uma bacia hidrográfica dentro da lógica *terrlista*, vêm esclarecendo as múltiplas conexões que se expressam no espaço geográfico, mas ainda carecem de metodologias consistentes de cunho multidisciplinar que, ao iluminar a complexidade da relação entre homem e natureza, permitam orientar uma gestão participativa e sustentável dos territórios nas dimensões econômica, social, cultural e ambiental. Ao mesmo tempo, hoje em dia, uma nova comunidade em rede começa a dar sinais de que, com o tempo, se consolidará e embarcará em processos complexos de participação nas decisões políticas, nos âmbitos local e global.

Assim, as ilhas seriam ocupadas dentro de uma lógica funcional em que os serviços ambientais necessários à manutenção da vida em escala local e global se integrariam ao uso transformador da criatividade humana, na perspectiva do indivíduo que, ativo e participante, agiria em função do norte limitador e construtor do equilíbrio espacial.

Voltando para o LIC, entramos pela escadaria principal e desce-mos até a sala de desenvolvimento, um salão que, na parte esquerda, continha um mezanino com duas salas de reunião envidraçadas, que permitiam visualizar uma grande parede lateral, no andar de baixo, com quase doze metros de pé direito por uns dez de largura. “Está vendo esta grande parede? Pois a projetei para que todos vissem o nosso Brasil, na escala de 1:1.000.000.” A parede, porém, nunca foi coroada com o mapa.

Bernardes, como o geógrafo que vivia em Niterói, atraía pessoas fantásticas e trocava com elas. O escritório que se fundia com o LIC

brilhava na frente do mar e as ideias que fluíam por lá eram planetárias. As mentes claras e interessantes ali se uniam. Esse meio rico em trocas e desafios fazia parte da personalidade de Sergio. Às vezes, essas visitas eram mesmo provocantes: já entrei na sala de Sergio para encontrar sua mesa ocupada por figuras como Jacques Cousteau, Antônio Carlos Jobim ou Jorge Amado, expoentes que se inebriavam com as fagulhas geniais de percepção do anfitrião.

Convivendo com esse traço concentrado de Bernardes, havia outro que, de forma sutil, mas carregada de emoção, se expressava, de quando em quando, em ocasiões que se perderam no tempo e viraram histórias contadas por ele. Por exemplo, na vez em que Serginho quebra as regras de convívio da época ao levar uma namorada para dormir na casa dos pais, a famosa Casa de Pedras na avenida Niemeyer, onde houve verdadeira convulsão pela manhã, menos pela descoberta do delito moral e mais pelo fato de a moça ser Brigitte Bardot. Ou a história do ladrão, bem contada no filme *Bernardes*, com argumento de Thiago Bernardes: Sergio pediu a um ladrão que levasse tudo de que ele não gostava na casa, firmou amizade com ele, arranhou-lhe um emprego e foi padrinho de seu filho. Havia, ainda, comentários curiosos, como “Dali morria de ciúmes de Gala”: Sergio era amigo do pintor e, em certos períodos, conviveu com o casal. Outro ótimo caso ocorreu quando Bernardes tentava se aproximar de mim, em plena adolescência, muito por influência de minha mãe. A conversa foi mais ou menos assim. “Felipe, essas histórias de drogas... não sou a favor. Acho que se trata de um horizonte de bolso que não aproveita o potencial único de cada ser humano, mas não sou contra: na década de 1950, tínhamos uma ilha na Baía de Guanabara, ainda limpa e vivíssima, e um grande amigo que nos visitava me deu meio LSD, mas não senti nada.” O amigo era o escritor Aldous Huxley, autor de *Admirável mundo novo*.

7. A primeira civilização tropical

O ANO DE 1983 FOI UM ANO DE FECHAMENTO. Sergio estava diante de um grande desafio: numa sequência de mostras individuais no Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio, em que primeiro viria Lúcio Costa e em seguida Oscar Niemeyer, ele exporia por final. A tarefa não seria simples, pois a criatividade e a força de trabalho de Bernardes produziram obras e projetos num espectro difícil de categorizar.

Ainda mais complicado seria escolher as obras mais representativas entre os quase três mil projetos em arquivo no escritório. Os salões do museu, apesar de suas amplas dimensões, comportariam, no máximo, trezentas peças e mais uma dezena de maquetes. As escolhas teriam que esquecer muitas criações únicas e pessoais, e Sergio não parava, tanto nos projetos em que se envolvia quanto no seu dia a dia, sempre redesenhando uma janela, criando um novo conjunto de cadeiras, como um olho d'água de criatividade que não secava. A exposição no MAM partiu, então, de diferentes sensibilizações visuais e escalas de representações.

Sergio vivia sob o auspício da dualidade humana que conceituara: a solidão e a curiosidade. Assim, estava sempre olhando à frente, buscando provocações que gerassem o necessário estímulo a outra forma, a outra solução, a outro lado. A exposição no MAM tinha que ser algo mais do que o passado e do que as obras e projetos: era o momento de um grande esforço para fechar as amarras de uma utopia viável, o *terrismo*, um norte que poderia traçar novos caminhos. Sergio acreditava no homem e na força da natureza; literalmente, via outro mundo, onde o antagonico se tornaria complementar e possibilitaria o surgimento de um verdadeiro desenvolvimento, em que conseguiríamos uma sociedade capaz de incluir a natureza e propi-

ciar equidade, diferenciação e sinergia positiva, o que, como consequência, diminuiria o impacto humano sobre o planeta.

A exposição foi composta por painéis padronizados de fórmica rígida com 1,2m por 1,8m, que permitiam a impressão dos conteúdos que descreveriam a vida de Bernardes. Eles falavam de coisas palpáveis como um carro flutuante, uma mesa hexagonal, os sofás-rede, as casas integradas ao meio ambiente e o espaço cultural da Paraíba; mas também de outros menos palpáveis, como o Lagocean, um grande círculo flutuante que seria afundado no canal do Jardim de Alá, que faz a ligação entre a lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, e o mar, para estabilizar as dinâmicas oceânicas costeiras. Outros projetos intangíveis ali presentes eram os bairros verticais, com sua eficiência e em forma espiral, a permitir a distribuição dos jardins por todo o conjunto; e uma proposta de ponte com um desenho bastante alternativo para a ligação entre Rio e Niterói, no qual cada pilar, com andares e infraestrutura, representaria um país, compondo um porto livre mundial.

O território, na sequência da exposição, surgia dessas propostas mais pontuais, em projetos de cidades e de integração regional e nacional. A escala, então, diminuía e os painéis apresentavam o Brasil revisto e recomposto dentro de um novo paradigma: o *terrismo*. Um deles dizia de forma enfática, em frente a um grande mapa que representava o arquipélago brasileiro: “Primeira Civilização Tropical – Brasil”.

Os painéis passavam uma ideia de mundo peculiar que tento sintetizar, pois, como Sergio sempre dizia, “vivemos o tempo da síntese, ninguém tem paciência de ouvir nada, quero só usar o interruptor para acender luz, imagina ter que ouvir explicações técnicas do complexo sistema de suprimento de energia no país”.

A civilização proposta se baseava na caracterização do humano como um universo único que, movido pela curiosidade, consciente e informado sobre o potencial da Terra e de sua conversão em trabalho e bem-estar social, adquire – por meio de uma política do saber democrática e capilar – liberdade e busca sua felicidade.

As cidades seriam organizadas pela força da especulação imobiliária, respaldada no potencial de trabalho local, e estruturadas so-

bre a diferenciação das células urbanas de crescimento. Cada célula seria a unidade básica, democrática e participativa da gestão local, articulada, por artérias e anéis, com os serviços necessários a seu desenvolvimento sustentável, administrados pelo município.

A convivência democrática tenderia a fazer com que as células de desenvolvimento se tornassem de todos, se diferenciando e estimulando um mosaico cultural que se consolidaria pela expressão dos grupos capazes de construir sua individuação em seu espaço geográfico.

As cidades seriam gerenciadas a partir de um futuro dinâmico estabelecido pelo aproveitamento do potencial da Terra e pela capacidade tecnológica de transformá-lo em trabalho, mantendo as funcionalidades ambientais de cada local.

Essa síntese harmônica envolveria, de forma integral e holística, as diferenças entre os espaços geográficos em termos físicos, químicos, hidrológicos, climáticos, populacionais, culturais e tecnológicos, permitindo a quantificação de potenciais de crescimento capazes de balizar o desenvolvimento dessas cidades.

O existir pressupõe o consumo de energia, água, oxigênio e alimentos. Assim, na mesma perspectiva, Sergio acreditava que, para existir, as cidades precisariam assumir a gestão de territórios maiores, dentro do contexto das bacias hidrográficas, envolvendo padrões de uso, como exploração de potencial agrícola em certas áreas ou manutenção de coberturas florestais em encostas e beira de rios. “As cidades crescem descontroladamente como um câncer, que consome os recursos até matar a si próprio e ao hospedeiro. Precisamos de um novo DNA que estabeleça limites ao crescimento e de estruturas de organização de acordo com o potencial da Terra”, dizia Sergio.

Ele via a influência da cidade criando faixas de diferentes larguras em seu entorno, que visariam suprir a população urbana não só com produtos industriais e agrícolas, mas também com funcionalidades ambientais, como água limpa, absorção de CO² e estabilização de encostas. Sergio via o atrativo núcleo urbano como definido e delimitado pelo potencial da Terra para suportá-lo, criando uma espécie de híbrido urbano-rural integrado.

O ordenamento territorial das células urbanas seria viabilizado, de forma explícita, pelo mercado criado pelos bônus patrimoniais, indicadores do potencial de construção. Para isso, Sergio visualizava uma organização funcional representativa da oferta de trabalho e outra que representaria os trabalhadores. Essa dinâmica se faria na medida em que o indivíduo, em pé sobre a Terra e consciente do seu potencial, pressionasse a classe política para transformar tal potencial em qualidade de vida.

A paisagem se configuraria de maneira equilibrada, dentro dos recortes das bacias hidrográficas. As cidades, conectadas em rede por sistemas modais, seriam pontos ou manchas que brilhariam mais ou menos de acordo com o potencial da Terra e as capacidades política e tecnológica locais para transformá-lo em trabalho, renda e manutenção das funcionalidades ambientais. Mediadas pelas organizações de trabalho e de emprego, as cidades conversariam entre si para estabelecer dinâmicas migratórias em função daqueles potenciais locais e do equilíbrio do conjunto.

Um ponto de equilíbrio dinâmico seria encontrado pelas cidades, uma vez que tivessem tamanho e crescimento definidos por seus potenciais de geração de empregos. Elas mesmas estabeleceriam uma política de desenvolvimento humano que contabilizasse os serviços ambientais.

As ilhas bernardianas reconstruiriam a visão que temos do território. Uma ditadura da Terra se imporia, na medida em que a gestão passasse a se orientar pelo potencial da Terra, especificado localmente pela geomorfologia e pelo clima, que conduzem à melhor solução em termos bióticos ou, em outras palavras, de fluxos de energia. As ilhas se revestiriam de diferentes mantos, como cerrado, campos, mata atlântica ou floresta, de terra firme ou amazônica, que seriam ocupados pela curiosidade e pela criatividade humanas. O potencial da terra, em harmonia com a tecnologia, definiria os limites locais do crescimento, garantindo estabilidade ao longo do tempo, o que poderia ser traduzido por sustentabilidade socioambiental.

A criatividade chegou ao extremo naqueles meses em que o escritório de arquitetura foi dominado pelo Laboratório de Investigações Conceituais: objetos, casas, grandes obras, cidades, países e mundo

se mesclavam entre pranchetas e conversas, e os dias não acabavam, pois todos havíamos sido imbuídos pela óbvia e rara oportunidade de participar, e de nos juntarmos a Sergio, na elaboração de linhas que, um dia, permitiriam a construção de um mundo diferente e melhor.

Pintores, atores, arquitetos, muitos alunos e poucos políticos se espremiavam no coquetel de inauguração da exposição e, quando as portas se abriram e uma onda de pessoas invadiu os espaços do MAM, um enorme círculo se fechou para Sergio: estavam ali as bases para um futuro único e genuíno que expressava os desejos e a criatividade da primeira civilização tropical.

Concluindo

QUASE DE FORMA RITUAL, toda terça-feira partíamos da Barra da Tijuca para Copacabana, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, onde um antigo apartamento de cobertura abrigava um amplo espaço, ocupado, de forma dramática, por muitos e muitos anos de história.

Ali, Wladimir Bernardes, pai de Sergio, um patriarca corpulento como sua descendência, remador do clube Botafogo de Futebol e Regatas - no que seria sucedido pelo filho - e jornalista crítico e preciso, transmitiu a ele, em suas primeiras décadas de vida, a sua visão bem fina dos fatos, da política e das relações humanas.

Pratos e talheres já dispostos, Wladimir ocupava a cabeceira da mesa, que se encontrava numa ampla sala de jantar. À sua esquerda ficava Sergio; à direita, minha mãe; e, para o lado, lá estava o meu lugar. Serginho, neto de Wladimir, também se juntava ao grupo de quando em quando, e quase sempre sentava ao lado de Sergio. Era um momento de prazer, de descanso, sem pressões. Wladimir, meio que só, pois Dona Maria Bernardes, sua eterna companheira, havia falecido havia um ano, aproveitava nossos ouvidos e costumava tecer comentários de extrema inteligência e pertinência. Nós aproveitávamos aquele fluir de ideias e ouvíamos. A História conectada, ali presente, num olhar profundo e bem construído da realidade.

Momento sutil e curioso. Bom ver Sergio de olhos baixos, ouvindo, respeitoso, seu querido pai, o rio que deságua em outro, numa longa corrente que, de alguma forma, liga os tempos e cria uma linha, um sentido. Avô, pai e filho: bom equilíbrio. Era um prazer participar daqueles momentos.

O humor e as críticas mais ácidas à atualidade eram constantes. Serginho e Bernardes eram muito agradáveis e faziam a festa. Velho

Wladimir não estava longe e se envolvia em sorrisos discretos, mas presentes. O tempo corria e chegava a comida, leve e preparada com carinho e afeto. Pratarias, copos cantantes, talheres e, no meio da conversa, aparece Maria Periquita, apelido carinhoso dado à governanta da casa, segundo Sergio, por ela ter cara de passarinho, com seu metro e meio de altura, e não parar de falar. Entre os risos soltos, uma leveza envolvia a todos, os tempos se juntavam e a história se fundia.

Depois de bem alimentados, nos dias de calor subíamos para o terraço, em que, numa verdadeira floresta urbana cuidada com esmero por décadas por Dona Maria Bernardes, nos aconchegávamos em cadeiras de jardim de madeira. Da semana, velho Wladimir sintetizava um falar. Momento solene, todos se juntavam ao avô e ao pai e marido e ouviam a frase da semana. Ritual prazeroso e muito rico, visão clara e iluminadora. Várias e várias terças-feiras, cada uma com uma frase.

Sergio, então, no dia do aniversário do pai, o presenteia com um pequeno livro de bolso que juntava as falas, as “pílulas conceituais”, nome do livro sem fim. Cada frase ocupava uma página, mas, ao final, era só virar o exemplar e tudo recomeçava: a frente e o verso, o sentido oposto mas complementar, a capa e a contracapa, o contínuo devir de uma ideia e de suas novas consequências. Muita alegria, momentos e lembranças que, para mim, são eternos.

Depois de um ciclo contínuo de sete anos de convivência, me casei nos anos 1980 e passei a tentar viver a plenitude de meu universo, o que resultou num afastamento físico do convívio com Sergio. Muitas coisas aconteceram nesse período, e acredito que a exposição no MAM simbolizou o fim de um ciclo e que Sergio partiu para outra. Sinto que, para ele, tudo ocorreu como uma grande provocação, uma grande oportunidade. Sergio queria fazer, queria construir sua obra como arquiteto. Os conceitos que o norteavam – curiosidade e solidão – o levaram a buscar ações políticas: assumiu a secretaria de urbanismo de Nova Iguaçu e, depois, se candidatou a prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Coisas e novidades que o afastaram muito da atividade de arquiteto, o que gerou consequências econômicas sérias, como a perda judicial d’O Navio. Sergio, de alguma forma, ra-

dicalizou seu caminho, mas acho que, no fundo, ele queria ser livre e voar mais solto: uma grande lição de desapego.

Anos depois, o visitei num apartamento de uns 150 metros quadrados que havia sido projetado por ele, em frente à Lagoa Rodrigo de Freitas. Estava bem, muito estimulado e concentrado, já meio curvado pela idade avançada, mas com uma vivacidade constante, o que bastava para ele: não precisava de quase nada para criar e ser feliz.

Concluindo o que não se conclui, este pequeno livro, meio assim como sete conversas, espera ter mostrado, além do Sergio gênio criador, outro, mais normal e de boa convivência, atento e cuidadoso, mas que, como ele mesmo dizia, nunca havia trabalhado. Tendo feito só o que gostava, tinha esse fantástico defeito de borbulhar ideias e não ter medo de acreditar e persistir nelas.